

**“FAMÍLIAS DA PRECISÃO”
NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES - RONDÔNIA:
Assédio existencial ou estratégia de sobrevivência
da economia familiar?**

**“ACCURACY FAMILIES” ON
THE ARIQUEMES CITY - RONDÔNIA:
*Existential harassment ou family economy
survival strategy?***

Cláudia Ribeiro Pereira Nunes¹

Doutora em Direito

Instituto de Ensino Superior de Rondônia/
Faculdades Associadas de Ariquemes (RO)

e

**Grupo de Estudos, Pesquisas e Trabalho em
Direitos Humanos do IESUR/FAAr² -**

Composição mista

Instituto de Ensino Superior de Rondônia/
Faculdades Associadas de Ariquemes (RO)

RESUMO: No Estado de Rondônia, assim como em várias outras regiões do Brasil, os contrastes sociais revelam que há um constante processo de “des”construção social da cidadania, pautado na desigualdade econômica, social e cultural, bem como no flagrante desrespeito à dignidade da pessoa humana. O objetivo geral desta pesquisa é investigar as condições socioeconômicas de famílias monoparentais rurais chefiadas por mulheres de 18 a 25 anos, com no mínimo 3 filhos, expulsas da terra por motivos aleatórios e que se submetem às condições degradantes de trabalho nas cidades. Os objetivos específicos são: (i) entender os motivos que levam essas famílias brasileiras se sujeitarem a viver em circunstâncias precárias nos centros urbanos, apesar das campanhas de conscientização que circulam em mídias audiovisuais; e (ii.a) verificar se há uma lógica e/ou uma estratégia de sobrevivência e/ou complementação de renda para essas famílias com essa subserviência; e/ou (ii.b) se tal processo decorre de uma imposição social denominada “assédio existencial”. Este trabalho se justifica pela necessidade de compreender

¹ Advogada. Doutora. Co-coordenadora de Pesquisa e Extensão. Pesquisa realizada na Coordenação, no Núcleo de Pesquisas Científicas em Direito - NUPES/DIR. E-mail: crpn1968@gmail.com.

² Corpo de Pesquisadores do Grupo de Estudos, Pesquisas e Trabalho em Direitos Humanos do IESUR/FAAr. Pesquisa financiada pelo IESUR/FAAr, na modalidade auxílio financeiro. Endereço: <http://www.gpethumanos.blogspot.com.br>.

a luta por reconhecimento a partir da organização e da afirmação de seus saberes e de fazeres no seio desse grupo identitário destoante do perfil de famílias “normais”. O campo da amostra foi delimitando ao município de Ariquemes - microrregião do Leste Rondoniense.

Palavras-chave: famílias da precisão, processo de “des”construção social, assédio existencial.

Abstract: In the Rondônia State, as well as several other regions of Brazil, there is a social contrasts on the constant on citizenship social “des”construction process, based on inequality economic, social and cultural, as well as the blatant disregard for human dignity principle. The general research aim is to investigate the socioeconomic conditions of rural single-parent families headed by women 18-25 years old, with a 3 children, minimum, expelled from the land by random reasons, who undergo the degrading working conditions in the cities. In this report called “accuracy families”. The specific aims are: (i) understand the reasons why these Brazilian families are subjected to the precarious circumstances in urban centers, despite awareness campaigns circulating in audiovisual media, and (ii.a) check if there is a logical and / or a strategy for survival and / or supplemental income for these families with this subservience, and / or (ii.b) if this process takes place in a social imposition called “existential harassment.” This work is justified by the need to understand the struggle for recognition from the organization and the affirmation of their knowledge and doings within that group identity jarring profile “normal” families. The field sample was delimiting the Ariquemes city - micro Eastern Rondoniense.

Keywords: accuracy families, social “des”construction process, existential harassment.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea rondoniense, assim como em todo Brasil, é marcada por um paradoxo estrutural: apesar de uma série de conquistas sociais que se refletem no plano formal, como os das leis escritas e das informações e campanhas de conscientizações na mídia audiovisual, convive-se com o fato de que alguns segmentos da população - como as famílias monoparentais de origem rural, chefiadas por mulheres de 18 a 25 anos, com o mínimo de três filhos, expulsas

de terras rondonienses por motivos aleatórios, ora investigadas na qualidade de “famílias da precisão” - ainda vivem em condições socioeconômicas indignas.

Portanto, a pesquisa se justifica pela necessidade de compreender a luta por reconhecimento a partir da organização e da afirmação de seus saberes e de fazeres no seio desse grupo identitário destoante do perfil de famílias “normais”.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é o de investigar as condições socioeconômicas de famílias monoparentais de origem rural chefiadas por mulheres de 18 a 25 anos, com o mínimo de três filhos, que, expulsas da terra por motivos aleatórios, se submetem às condições degradantes de trabalho nas cidades.

Os objetivos específicos são os de: (I) entender os motivos que levam essas famílias monoparentais brasileiras a sujeitarem-se às condições precárias nos centros urbanos, apesar das campanhas de conscientização que circulam em mídias audiovisuais; e (II.a) verificar se há uma lógica e/ou uma estratégia de sobrevivência ou complementação de renda para essas famílias com essa subserviência; ou (II.b) se tal processo decorre da imposição social denominada “assédio existencial”.

METODOLOGIA

Passando-se a realizar as investigações pertinentes ao objeto geral e aos específicos propostos nessa pesquisa, foi necessário dividir a abordagem metodológica desse Projeto de Pesquisa em três partes, a saber:

I - Abordagem teórica:

Sendo a revisão bibliográfica a metodologia utilizada nessa abordagem, foram escolhidos alguns trabalhos sobre os elementos do tema pesquisado para serem estudados e discutidos no grupo de trabalho.

Os marcos teóricos escolhidos para construir os conceitos da pesquisa foram os seguintes:

A) Compreender o “princípio da dignidade da pessoa humana” - Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988, Ingo Wolfgang Sarlet, datado de 2007;

B) Entender quem são os sujeitos pesquisados - as famílias monoparentais rurais descritas acima e, por fim, intitulá-las de “famílias da precisão” - Família monoparental brasileira, de Jonabio Barbosa dos Santos e Morgana Sales da Costa Santos, datado de 2008; Sistema penal subterrâneo: o caso do trabalho escravo

contemporâneo na Amazônia, Camila Cardoso de Mello Prando, datado de 2006; Trabalho escravo, quem é o escravo, quem escraviza e o que liberta, de Jorge Antonio Ramos Vieira, datado de 2004 e “Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje”, de Neide Esterici, datado de 1994;

C) Caracterizar as circunstâncias de trabalho consideradas “precárias” - Convenção nº 95, de 1 de julho de 1949, da Organização Internacional do Trabalho - OIT - relativa à proteção do salário; e

D) Conceituar o termo “assédio existencial” - Deslinde conceptual entre “daño a la persona”, “daño al proyecto de vida” y “daño moral” por Carlos Fernandez Sessarego; Responsabilidade civil por dano existencial por Flaviana Rampazzo Soares e Danos extrapatrimoniais (estético, biológico e existencial) – breves considerações, de Júlio César Bebbber, datado de 2009.

Estas são as bases epistemológicas desse Projeto de Pesquisa que, também, fundamentaram as pesquisas dos dados secundários e de campo.

II - Abordagem por meio dos dados secundários:

As pesquisas dos dados secundários utilizaram os seguintes sítios na internet:

A) Relatório Final de Demografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE - Banco de dados do Território Amazonense - Estado de Rondônia: http://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf;

B) Projeto Microrregião do Leste Rondoniense da FIESP e SEBRAE: http://www.fiero.org.br/downloads/anexos/proj_diagnostico_rondonia.pdf;

C) ONG Informações do Brasil - na entidade privada sem finalidade lucrativa: <http://www.informacoedobrasil.com.br/dados/rondonia/ariquesmes/>;

D) Banco Mundial - WORDBANK: <http://search.worldbank.org/data?qterm=amazonas&language=EN>; e

E) Prefeitura de Ariquesmes: [http://137.459.910.18/\\$sitepreview/ariquesmes.ro.gov.br/default.asp?secao=sec_noticias.asp&idsec=19&codnot=4880&tit=Mulher%20estat%20stica%20cart%E3o%20Bolsa%20Fam%EDlia%20em%20Ariquesmes](http://137.459.910.18/$sitepreview/ariquesmes.ro.gov.br/default.asp?secao=sec_noticias.asp&idsec=19&codnot=4880&tit=Mulher%20estat%20stica%20cart%E3o%20Bolsa%20Fam%EDlia%20em%20Ariquesmes).

O corte temporal da investigação dos dados secundários se deu entre o Golpe Militar de 1964 até 2010 - período dos dados encontrados em Ariquesmes,

compilados nos órgãos públicos e privados e acessados pelos pesquisadores.

No que se refere ao corte espacial, foi mapeado do maior para o menor: o Território da Amazônia, o Estado de Rondônia, por fim, o Município de Ariquemes - que se tornou o campo delimitado da pesquisa.

Justifica-se a escolha desse município por ser representativo da microrregião Leste de Rondônia por três motivos. Primeiramente, a pesquisa precisava apresentar uma amostra para obter conclusões. Segundo, o fato de Ariquemes ser a segunda maior cidade em renda per capita de Rondônia. Terceiro, pela dificuldade de encontrar colaboradores voluntários não remunerados que quisessem participar do Projeto de Pesquisa fora do município de Ariquemes, onde se situa a IESUR/FAAR, instituição que abriga e colabora em todos os aspectos com a pesquisa, que ainda não recebe fomento de entidades privadas e públicas.

Primeiramente, buscou-se dados relativos ao crescimento demográfico e aos aspectos socioeconômicos do Município de Ariquemes - RO, no século passado para entender como estas famílias ficaram sem suas terras:

A) Doutrina de Segurança Nacional - introduzida durante o regime autoritário, incluía a ocupação da Região Amazônica através da colonização agrícola, o que atraiu milhares de migrantes das regiões Sul e Sudeste, com baixa instrução, com aumento da população de aproximadamente 16,00% e 8,00%, respectivamente, nas décadas de 70 e 80 (Relatório Final de Demografia do IBGE - Estado de Rondônia, 1998);

B) POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil para as áreas de fronteira agrícola dos estados de Rondônia e Mato Grosso - reconhecendo-se o crescimento dos problemas, o Governo Federal lançou esse Programa, cujo objetivo central seria a conclusão e asfaltamento da BR - 364, ligando Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO), na década de 80, onde se situa Ariquemes e concomitantemente, foram criados projetos de assentamento rural, regularização fundiária com a criação dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural - NUAR, serviços de saúde, proteção ambiental, e apoio às comunidades indígenas rondonienses (Banco Mundial, 2002);

C) ZSER 1988 - Zoneamento Sócioeconômico Ecológico de Rondônia - com o advento da Constituição Federal, foi instituído em 14 de junho de 1988, por meio do Decreto Estadual nº 3782, posteriormente ratificado pela Lei Complementar nº 052, de 20 de dezembro de 1991. Esse é o principal instrumento de planejamento

do Estado no fim do século XX, definindo critérios para investimentos públicos e privados, preservação de ecossistemas frágeis e/ou representativos e ordenamento do uso dos recursos definindo critérios para investimentos públicos e privados, preservação de ecossistemas frágeis e/ou representativos e ordenamento do uso dos recursos naturais (Banco Mundial, 2002);

D) PLANAFORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, que é um projeto de investimentos para a conservação do meio ambiente, manejo e reforço das áreas de Rondônia que deveriam permanecer sob cobertura vegetal natural, bem como, complementar as atividades agropecuárias e florestais e apoio à implementação de infra-estrutura e serviços para estimular as atividades de produção sustentável foi implantado no final do século XX (Banco Mundial, 2002).

Depois, investigou-se os dados relativos ao XXI, pois era necessário entender o panorama socioeconômico do campo espacial estudado:

A) Ariquemes, em 2010, tem uma população estimada em 171 mil habitantes. É um dos pólos de desenvolvimento do Estado, exercendo liderança sobre os municípios vizinhos. Agropecuária, comércio e serviços são os setores econômicos mais desenvolvidos da região.

B A economia regional tem passado por sucessivas mudanças, com o desenvolvimento dos setores da economia regional, em 2010, particularmente na área de serviços - escritórios de contabilidade, empresas de consultoria em administração e comércio exterior, empreendimentos agropecuários, serviços de processamento de dados, escritórios de advocacia, etc...

Seguem abaixo as informações estatísticas de Ariquemes compiladas até a data de 2010 - último levantamento de dados publicado na internet - o que permite organizar os saberes e fazeres do seio desse grupo identitário, ora estudado.

Ensino em Ariquemes - matrículas, docentes e rede escolar - Dez/2010		
Matrícula -	Ensino fundamental - 2010	18.859 Matrículas
Docentes -	Ensino fundamental - 2010	706 Docentes
Matrícula -	Ensino médio - 2010	3.993 Matrículas
Docentes -	Ensino médio - 2010	179 Docentes

Finanças Públicas de Ariquemes	R e D	Dez/2010
Receitas orçamentárias realizadas	Correntes	R\$ 11.696.272.410,00
Despesas orçamentárias empenhadas	Correntes	R\$ 9.601.973,508,00
Valor do Fundo de Participação dos Municípios	FPM	R\$ 1.556.339.930,00

População residente em Ariquemes por rendimento mínimo e máximo - Dez/2010	
Rendimento nominal mensal acima de 30 salários mínimos	78 Pessoas (87% sexo masculino e 23% sexo feminino) OBS.: Não houve assinalação para o item 'outros' no formulário de pesquisa)
Rendimento nominal mensal de até ¼ do salário mínimo	1.229 Pessoas (100% do sexo feminino - cadastradas no Programa Bolsa Família do Governo Federal)

Ariquemes apresenta 1229 mulheres residindo no município, recebendo valores menores do que ¼ salários mínimos - todas integrantes do Programa de Bolsa Família.

Nos termos dos dados obtidos no site da prefeitura, o quantitativo de 48% destas mulheres declarou que não exerce atividade produtiva remunerada, já as demais mulheres declaram que exercem alguma espécie de trabalho remunerado, que não foi indicado ou mensurado por atividade ou segmento de mercado conforme os dados obtidos na Prefeitura.[8] Mesmo assim, continuam cadastradas, pois, o rendimento mensal total de cada uma delas é em valor inferior a ¼ do (um) salário mínimo.

Dentro deste quantitativo, passou-se a observar o comportamento de sessenta “famílias da precisão”, que são chefiadas por mulheres de 18 a 25 anos, com o mínimo de 3 filhos, expulsas da terra por motivos aleatórios, que se submetem às condições degradantes de trabalho nas cidades.

III - Abordagem por meio da pesquisa de campo:

A pesquisa de campo tem abordagem empírica, em função de a orienta-

dora, ora autora desse Relatório de Pesquisa, ser Coordenadora de Pesquisa e Extensão do IESUR/FAAR - Instituto de Ensino Superior de Rondônia/Faculdades Associadas de Ariquemes, participando da implantação da linha de pesquisa institucional e, depois, inclusive, ficando à frente do setor de pesquisa institucional denominado NUPES - Núcleo de Pesquisa Científica em Direito, que teve como uma de suas primeiras tarefas, a elaboração e execução deste Projeto de Pesquisa.

Foi elaborada uma pauta de questões para entrevista - alguns itens como temário e outros como perguntas - visando conduzir as conversas com as “famílias da precisão”.

O roteiro da entrevista foi sugerido pelo corpo técnico do NUPES, após estudos teóricos e discussões das obras citadas na abordagem teórica, além da análise dos dados secundários.

A estrutura do roteiro tem por base as obras Métodos e Técnicas de Pesquisa Social de Antônio Carlos Gil e Como Elaborar Questionários, de Sônia Vieira.

O recorte temporal da pesquisa de campo deu-se entre as datas de 12 de maio e 10 de junho de 2013.

O recorte espacial foi o Município de Ariquemes, e os sujeitos da pesquisa foram abordados no posto ou balcão de atendimento do Programa Bolsa Família, pela primeira vez. Surpreendentemente, das 60 das “famílias da precisão” abordadas, ressalva-se que a maioria não aceitou ser entrevistada. A mulher, chefe da família, alegou que não queria falar ou não sabia o que dizer quando convidadas a participar da entrevista.

Apenas 10 mulheres com idades entre 18 e 25 anos tornaram-se os sujeitos pesquisados, por terem aceitado serem entrevistadas. Três com 18 anos, duas com 19 anos, duas com 21 anos, duas com 23 anos e uma com 25 anos e todas preenchem as demais características do grupo identitário investigado.

Justifica-se o corte etário procurado na investigação, pois estas mulheres foram expostas as mídias audiovisuais desde que nasceram ou na tenra idade, por força dos Programas Luz e Gás iniciados no governo do Fernando Henrique Cardoso.

Após discussões, organizou-se o seguinte **Roteiro de Entrevista:**

VERIFICAR SE A MULHER FAZ PARTE DO GRUPO IDENTITÁRIO PESQUISADO - constatadas as características indicadas prosseguir com a entrevista.

RELAÇÃO DE PASSADO VINCULADO A TERRA NO ESTADO DE RONDÔNIA - O pai era trabalhador rural? Tinha terra própria, era posseiro, meeiro, arrendatário ou tinha outra relação com a terra? Em caso de terra própria dos pais ou familiares, houve expropriação ou desapropriação, qual fato aconteceu para que saísse da terra? Quando? A partir daí, verificar quais foram as estratégias da família para sobreviver fora da terra. Alguém da família ficou no campo - continuou plantando e/ou realizando outras atividades na terra? Quantos da família vieram para cidade?

RELAÇÃO DAS MULHERES COM A EDUCAÇÃO - Indicar a trajetória escolar de sua vida na terra. Quando foram para Ariquemes, estudarão ou não? Frequentando a escola ou não, começaram a trabalhar com que idade?

INDICAR SE COMPLEMENTA RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - Em que consiste a renda dessas famílias? Quais os tipos de atividades que desenvolvem na cidade? Quem trabalha na família? Apenas a mãe trabalha? Ou os filhos trabalham? Quanto eles ganham por isso? Trabalham todos os dias e em quais atividades? Existe período/momento pra cada atividade?

REAÇÃO AFETIVA COM A TERRA - Quando estão na cidade, sentem saudade da terra? Acreditam que a terra é lugar onde deveriam estar ou é na cidade? Se positiva a resposta sobre ter vínculos com a terra, por que ficam na cidade e sujeitam-se às circunstâncias precárias?

CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO - O que eles entendem por trabalho? Eles se consideram livres ou presos em seus trabalhos? Pode haver “prazer” em trabalhar ou é sempre ruim, duro, pesado? Se positiva a resposta, elas sabem que trocar por prato de comida o trabalho e não receber remuneração ou dinheiro é errado?

REAÇÃO DAS CAMPANHAS ADIOVISUAIS - As famílias assistem televisão regularmente? Em que horário? Elas já ouviram dizer que tem o direito de reclamar das precárias condições de vida? Elas já ouviram dizer ou conhecem o telefone disque-denúncia? Elas já ouviram na televisão sobre a Delegacia Regional do Trabalho - DRT? Elas já ouviram o endereço da DRT na televisão?

ANÁLISE DO PERFIL EXISTENCIAL DESSAS MULHERES E SE TEM PROJETO DE VIDA - Como é o modo de vida dessas mulheres? O que elas fazem para serem felizes? Qual o principal lazer? O que comem? O que vestem? O que consomem (quando e quanto)? Elas demonstram ter interesse em melhorar suas condições de vida? Quais são os sonhos? Quais são as esperanças?

CONFIGURAÇÃO DO ASSÉDIO EXISTENCIAL OU NÃO - Elas têm idéia de quem são? Do que estão fazendo no presente ou o que querem fazer no futuro? Elas sentem que não vão conseguir alcançar o que querem ou mesmo o futuro?

Os dados foram obtidos em conversas informais, dada a dificuldade apresentada quanto à escrita do público investigado. Das 10 mulheres investigadas uma sabia ler e escrever, uma sabia assinar o nome, contar dinheiro e tinha noção de um número limitado de palavras - calculado em cerca de 250 palavras -, três sabiam assinar o nome, contar o dinheiro e tinham um vocabulário menor ainda, com cerca de 150 palavras. As demais nunca tinham freqüentado a escola ou alfabetizadas nem os nomes sabiam assinar, contavam dinheiro com dificuldade. Três delas o faziam com mais facilidade do que as outras duas que se enganavam com facilidade, pois a cadeia numérica só foi estabelecida até 10 e 30, respectivamente. Era visível que estavam com muita dificuldade para entender o que estava acontecendo, mas tinham vontade de participar da conversa e esforçavam-se bastante.

Após as entrevistas, com a coleta das informações para elaboração de banco de dados da pesquisa para produção do mapeamento do estudo, o pesquisador discente preencheu Relatório de Percepção e Impressão. Denominou-se Percepção, quando o pesquisador discente baseado em sua intuição, coloca sua bagagem pessoal como parâmetro para o que está investigando e faz comparação - utiliza-se de todos os recursos lingüísticos - formato narrativa - e Impressão ao apresentar o que vê com a redação do texto, não pode escrever adjetivos, advérbios ou figuras de linguagem - formato descrição.

Os resultados obtidos e as discussões empreendidas até a presente data são as seguintes:

Então, a área de discussão escolhida nessa pesquisa foi o eixo identidades: igualdade, diferença e reconhecimento. É um eixo temático que trata da inclusão

considerada por uma perspectiva mais ampla. Para tanto, o conceito de reconhecimento desponta como um parâmetro apto para o enfrentamento da condição de grupos e de indivíduos histórica e socialmente vulneráveis, o que encaixa no grupo identitário estudado bem como alinha-se com a Linha de Pesquisa Direitos Humanos e suas dimensões do Programa de Pesquisa e Divulgação Científica do Curso de Direito do IESUR/FAAR - Instituto de Ensino Superior de Rondônia/Faculdades Associadas de Ariquemes - cujo objetivo é o de estimular o estudo, a produção e a divulgação científica institucional do corpo de pesquisadores docente/discentes e de seus colaboradores externos, observando as normas e procedimentos para o trabalho científico recomendadas pelos ABNT, CNPq e CAPES.

Os resultados obtido da análise e avaliação tanto das entrevistas anotadas e/ou gravadas e dos Relatórios de Percepções e Impressões, foram os seguintes:

A) **RELAÇÃO DE PASSADO VINCULADO A TERRA NO ESTADO DE RONDÔNIA** - Todas as mulheres entrevistadas têm absoluta ligação com a terra, que denominam roça. Pai e/ou mãe era trabalhador rural e tinha terra (50% na qualidade de posseiro, 20% na qualidade de meeiro, 10% na qualidade de arrendatário e 20% tinha outra relação com a terra - extrativismo. Os Programas do governo que tornaram Rorâima uma colônia agrícola com trabalhadores do sudeste e sul empurraram essas famílias para cidade de Ariquemes. Os membros da família procuraram sobreviver. Poucos nas famílias ficaram no campo - 15% continuaram plantando e/ou realizando outras atividades na terra.

B) **RELAÇÃO DAS MULHERES COM A EDUCAÇÃO** - 90% não tem qualquer trajetória escolar de sua vida na terra. Não estudarão quando foram para Ariquemes. Todas começaram a trabalhar com 6 ou 7 anos.

C) **INDICAR SE COMPLEMENTA RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA** - A renda dessas famílias é o valor do Bolsa Família. Quando os filhos crescem conseguem realizar faxinas ou atendimento em balcão. A mãe trabalha quando os filhos crescem e os filhos trabalham mesmo depois de irem à Escola - atividade que frequentam por obrigação do Programa Bolsa Escola. Eles ganham doces, pratos de comida, roupas velhas, etc. quando há serviço, trabalham todos os dias nas atividades indicadas pelo contratante.

D) **REAÇÃO AFETIVA COM A TERRA** - Sentem saudade da terra e acreditam que a terra é lugar delas. Não souberam responder as demais perguntas. Parece que acreditam que é para sobreviver que ficam na cidade e sujeitam-se às circunstâncias precárias - Relatório de Percepção e Impressão.

E) **CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO** - Sentem o trabalho como ruim, duro, pesado e consideram presos ao contratante por diversos motivos. Elas consideram normal trabalhar por prato de comida e não receber remuneração ou dinheiro.

F) **REAÇÃO DAS CAMPANHAS AUDIOVISUAIS** - As famílias assistem televisão no fim do dia. Elas já ouviram dizer que tem o direito de reclamar das precárias condições de vida e de trabalho, mas não sabem (80%) ou não se recordam (20%) do telefone disque-denúncia. Não tinham ideia que o trabalho em condições indignas podia ser denunciado pelo disque denúncia. Elas já ouviram sobre a Delegacia Regional do Trabalho - DRT, mas não sabem o que, para que serve (salvo para buscar escravos em fazendas) é e onde fica em Rondônia.

G) **ANÁLISE DO PERFIL EXISTENCIAL DESSAS MULHERES E SE TEM PROJETO DE VIDA** - O modo de vida dessas mulheres é simples. Elas não entendem porque é necessário ser feliz. O principal lazer é ver televisão. Normalmente, comem os restos dos patrões para deixar para os filhos o que tiverem a mão. Vestem as roupas velhas dos patrões. Consomem pouco, mas tem vontade de consumir bens como celular e TV “fininha”. Contudo 80% não acredita que é capaz de conseguir e 20% acha que vai ganhar de alguém. Os sonhos são alguns bens de consumo. Quase nenhuma esperança - só 20% alegaram verbalmente tê-la.

H) **CONFIGURAÇÃO DO ASSÉDIO EXISTENCIAL OU NÃO** - Elas não têm ideia de quem são. Acreditam-se mães e serviçais. 80% delas não sentem que vão conseguir alcançar o que querem ou mesmo um futuro qualquer.

Ressalva-se que 70% das investigadas frequentam igrejas, templos ou qualquer outro local de propagação de religiosidade e se apoiam nos dogmas que estas divulgam para suportarem o ônus de viverem em tão precárias condições de vida. A característica dessa faixa de sujeitos investigados dentro do perfil qualificado na pesquisa - “família da precisão” - é o conformismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o Governo Municipal, assim como o Estadual, têm implementado ações na ampliação e melhoria do acesso e retenção dos estudantes na rede de escolas municipais e estaduais. Já o Governo Federal colabora na forma da constituição Federal, realizando os repasses de recursos e implantando os Programas Sociais, particularmente o Bolsa Família, de acordo com a Lei

10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006.

O Programa Bolsa Família integra o Programa FOME ZERO, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O Programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

A) o Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;

B) o Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;

C) a Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Programa Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

São exemplos de programas complementares: (I) programas de geração de trabalho e renda, (II) de alfabetização de adultos, (III) de fornecimento de registro civil e demais documentos.

Mesmo com a implantação desse Programa na microrregião Leste de Rondônia, a pesquisa identificou a existência de uma “família da precisão”. São famílias culturalmente subservientes que se submetem às condições degradantes e indignas de trabalho.

A princípio não possuem esperança, projeto de vida ou vontade de prosperar por falta de estímulo adequado e autolimitação, embora tenham apenas de 18 a 25 anos.

As chefes das “famílias da precisão” têm filhos de diversos homens, no índice de 70%, no caso das investigadas, e os sustentam sem qualquer apoio dos pais das crianças, que por vezes nem sabem onde estão.

No entendimento do grupo de pesquisa, já que o “assédio existencial” concerne à privação de aspecto significativo do projeto de vida e/ou retirada de suas raízes, constata-se que a usurpação da terra, denominada por elas de “roça” foi o ato ilícito que esfacelou e inviabilizou o projeto de vida de 80% dessas “famílias da precisão” e isso é grave em função não apenas da eventual perda do sentido vital e da autoidentidade como também da impossibilidade de se retroagir no tempo, de se propiciar ao passado um rumo diferente.

As “famílias da precisão” conseguem viver com os valores mensais amealhados no Programa Bolsa Família e seja porque as suas necessidades são maiores do que o dinheiro obtido no Programa seja quando necessitam de qualquer outro recurso pecuniário para despesas imprevisíveis complementam a renda realizando faxinas ou se prestando a outros trabalhos, pelos quais são remuneradas na forma que o contratante estabelece unilateralmente. Parecem possuir o DNA da sobrevivência e a dúvida que se instala é se isso impediria ou não a configuração do dano existencial, passível de indenização.

Portanto, não há como configurar-se o dano existencial, passível de indenização. Contudo, o assédio existencial está configurado por ser este “o conjunto de alterações não pecuniárias nas condições de existência da pessoa humana, mudanças relevantes no curso da sua história de vida e, por conseguinte, daqueles com quem compartilha a intimidade familiar, ocasionadas por motivos diversos de acordo com as peculiaridades de cada contexto, frustram a execução de metas, objetivos e ideais que dão sentido à vida da pessoa e, ao mesmo tempo, prejudicam, consideravelmente, a convivência com seus pares, nos mais diversos campos da socialização humana”.

Insta ressaltar que, ainda não há jurisprudência brasileira no sentido de indenizar em face de assédio existencial. Poucos doutrinadores já tratam do dano existencial como passíveis de indenizações, o já foi obtido em Tribunais Europeus Latinos, particularmente foi estudado o Tribunal de Apelação Português, Espanhol e Italiano.

Considerando o diagnóstico de lesões sistemáticas aos direitos humanos e fundamentais apresentado na pesquisa e para auxiliar os grupos identitários historicamente marginalizados, como é o caso das “famílias da precisão” do município de Ariquemes, microrregião do Leste Rondoniense, que precisam afirmar sua identidade e buscar os seus direitos, o IESUR/FAAR que tem consciência de sua responsabilidade social na microrregião Leste de Rondônia e atua efetivamente em Projetos Sociais no município de Ariquemes com o apoio do seu corpo docente e discente, pode integrar as pesquisadas em seus programas sociais privados.

Ciente de que a FAECA, na qualidade de mantenedora do IESUR/FAAR, é uma das únicas fontes geradoras de ações de inclusão social e assistência a grupos sociais rondonienses discriminados, eficazmente, e por suas próprias expensas, implantou e dá sequência aos seguintes Projetos Sociais: (i) Centro de Atendi-

mento para a promoção da saúde psicológica, da cidadania e da qualidade da população de Ariquemes e Região; (ii) Projeto Social do 4º ADM; (iii) Projeto de Distribuição de Leite; (iv) Restaurante Popular; (v) Projeto Guaíra - Escolinha de Futebol; e (vi) Projeto Social Abrigo Cristão.

Todos esses Projetos Sociais da FAECA, mantenedora do IESUR/FAAR atendem às comunidades carentes instaladas no raio de 202 km da capital - Porto Velho - RO e envolvem os acadêmicos da graduação.

REFERÊNCIAS

BEBBER, Júlio César. Danos extrapatrimoniais (estético, biológico e existencial) – breves considerações. In: Revista LTr: legislação do trabalho, São Paulo, v. 73, n. 1, p. 26-29, jan. 2009.

ESTERCI, Neide. “Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje”. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

SESSAREGO, Carlos Fernandez. Deslinde conceptual entre “daño a la persona”, “daño al proyecto de vida” y “daño moral”. Disponível em: <http://www.pucp.edu.pe/dike/bibliotecadeautor_carlos_fernandez_cesareo/articulos/ba_fs_6.PDF>. Acesso em: 02 mai. 2013.

FIESP - Federação de Indústria do Estado de São Paulo e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Projeto Microrregião do Leste Rondoniense da FIESP e SEBRAE. 2010 Disponível em: <http://www.fiero.org.br/downloads/ane-xos/proj_diagnostico_rondonia.pdf>. Acesso em 02 de mai. de 2013.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª edição. São Paulo : Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Relatório final de Demografia de 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf> Acesso em 02 de mai. de 2013.

ONG Informações do Brasil. Banco de dados socioeconômicos do Estado de Rondônia. 2010. Disponível em: <<http://www.informacoesdobrasil.com.br/dados/rondonia/ariquemes/>>. Acesso em 02 de mai. de 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www2.idh.org.br/casdh.htm>>. Acesso em: 03 mai. de 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Convenção nº 95, de 1 de julho de 1949, relativa à proteção do salário. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/conv_95.pdf> . Acesso em: 03 mai. de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pacto2.htm>>. Acesso em: 03 mai. de 2013.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. Sistema penal subterrâneo: o caso do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia. In: Revista de Estudos Criminais, Porto Alegre, v.6, n. 22, p.149-65, abr./jun. 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SOARES, Flaviana Rampazzo. Responsabilidade civil por dano existencial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos e SANTOS, Morgana Sales da Costa Santos. Família monoparental brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf> Acesso em 02 de mai. de 2013.

VIEIRA, Jorge Antonio Ramos. Trabalho escravo, quem é o escravo, quem escraviza e o que liberta. In: Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros, Brasília, ano 7, n. 13, p. 187-193, 2004.

VIERIA, Sônia. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas. 2009.

WORDBANK - BANCO MUNDIAL. Relatório do Território Amazônico Brasileiro. 2002. Disponível em: <<http://search.worldbank.org/data?qterm=amazonas&language=EN>>. Acesso em 02 de mai. de 2013.